



# MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Concurso Público



## PROVAS OBJETIVAS

**MANHÃ**

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados relativos ao cargo/área a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas. Confira também o seu nome e os dados relativos ao cargo/área a que você concorre em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados relativos ao cargo/área a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 É um erro buscar o crescimento pelo crescimento, sem  
levar em conta os seus efeitos mais amplos e as suas  
consequências. É necessário ponderar, entre outros fatores,  
4 o impacto ambiental. É fundamental também usar os frutos do  
crescimento, para aprimorar a qualidade de vida da população  
de maneira abrangente, e não apenas para favorecer certos  
7 grupos. Precisamos prestar atenção em como podemos tirar o  
melhor proveito do enriquecimento do país. Sou contra o  
crescimento pelo crescimento, e ofereço todas as minhas  
10 críticas àqueles que são a favor. Entretanto, àqueles que não  
buscam nenhum crescimento, como é o caso da Europa hoje  
em dia, minhas críticas são ainda mais severas. Adam Smith  
13 estava certo quando observou que o crescimento aumenta a  
renda da população e, assim, amplia a capacidade das pessoas  
de ter acesso a melhores condições de vida. Estava certo  
16 também quando disse que o crescimento gera os recursos  
necessários para que os governos possam exercer suas  
atividades essenciais.

Amartya Sen.  *Mercado, justiça e liberdade*. In: *Veja*, 2/5/2012 (com adaptações).

No que se refere à organização das ideias no texto acima, julgue os itens seguintes.

- 1 No desenvolvimento textual, as expressões “para aprimorar” (l.5) e “para favorecer” (l.6) expressam finalidade.
- 2 Na linha 10, o emprego do sinal indicativo de crase em “àqueles” é exigido, na primeira ocorrência, pela presença da forma verbal “ofereço” (l.9) e, na segunda, pela presença do substantivo “críticas” (l.12).
- 3 O advérbio “assim” (l.14) resume e retoma a ideia expressa na oração anterior àquela em que se insere.
- 4 A forma verbal “ter”, em “e, assim, amplia a capacidade das pessoas de ter acesso a melhores condições de vida” (l.14-15), poderia ser corretamente empregada também no plural: terem.
- 5 De acordo com a argumentação do texto, é “um erro buscar o crescimento pelo crescimento” (l.1) porque o importante, entre outros aspectos, é que o crescimento permita o acesso da população a melhores condições de vida e de renda.
- 6 O emprego da flexão de masculino em “necessário” (l.3) justifica-se pelo fato de esse vocábulo concordar com a expressão “o impacto ambiental” (l.4).

1 O aumento da população, o crescimento econômico e  
a sofisticação das relações sociais requerem mais serviços  
públicos, de maior qualidade e crescente complexidade. Para  
4 fazer frente a essas demandas, o dimensionamento adequado da  
força de trabalho no setor público é condição necessária, mas  
não suficiente. Elas requerem que o Estado atente também para  
7 a qualificação de uma força de trabalho às voltas com questões  
cada vez mais complicadas. O desafio é a construção de um  
Estado “inteligente”. A tese do inchaço da “máquina pública”  
10 e da conseqüente necessidade de redução do “tamanho do  
Estado” no Brasil merece uma análise mais aprofundada. É fato  
que os números absolutos impressionam. Sendo um país de  
13 dimensões continentais e com uma das cinco maiores  
populações do mundo, é natural que o Brasil conte com uma  
quantidade expressiva de servidores públicos. Ciente de que  
16 não houve explosão do quantitativo de servidores no Poder  
Executivo federal, porém convencido de que novas  
autorizações de ingresso devem ser feitas de forma criteriosa,  
19 o governo federal vem buscando conferir maior racionalidade  
à gestão de pessoas no serviço público, atentando para as  
necessidades mais prementes de áreas que implementam  
22 programas fundamentais para o país e esforçando-se para  
profissionalizar cada vez mais a gestão pública.

Marcelo V. E. de Moraes *et al.* *O mito do inchaço da força de trabalho do Executivo federal*. Internet: <www.planejamento.gov.br> (com adaptações).

Julgue os próximos itens, a respeito da organização das ideias e das estruturas linguísticas do texto acima.

- 7 Seria mantida a correção gramatical do período “É fato que os números absolutos impressionam” (l.11-12), caso a preposição **de** fosse inserida imediatamente antes da conjunção “que”.
- 8 A locução verbal “vem buscando” (l.19), que expressa ideia de continuidade — do passado até o presente —, poderia ser substituída, sem prejuízo para a coerência do texto, pela locução **tem buscado**.
- 9 No último período do texto, o conectivo “e” (l.22) liga duas orações que expressam modos pelos quais o “governo federal vem buscando conferir maior racionalidade à gestão de pessoas no serviço público” (l.19-20).
- 10 Em sua argumentação, o autor do texto associa o “aumento da população” (l.1) ao “inchaço da ‘máquina pública’” (l.9); o “crescimento econômico” (l.1) a “novas autorizações de ingresso” (l.17-18) no serviço público; e a “sofisticação das relações sociais” (l.2) a um “Estado ‘inteligente’” (l.9).
- 11 Na linha 2, a flexão de plural em “requerem” justifica-se pelo emprego do plural em “relações sociais”.
- 12 No desenvolvimento da argumentação do texto, o pronome “Elas” (l.6) retoma “demandas” (l.4).
- 13 Na linha 7, o sinal indicativo de crase em “às voltas” decorre da presença do artigo definido e do uso da preposição a exigida pelo substantivo “força”.
- 14 Infere-se da leitura do texto que o “desafio” mencionado à linha 8 consiste no atendimento a “essas demandas” (l.4).

1 Vamos aos fatos: o Brasil é, sim, um país de enorme  
 potencial — com seus milhões de consumidores de classe  
 média em acelerada ascensão, com invejável abundância de  
 4 recursos naturais —, que vem passando por um período mágico  
 de bônus demográfico que nos dá a chance de enriquecer antes  
 de envelhecer. Nosso mercado interno tornou-se um poderoso  
 7 imã de investimentos e até nossas carências surgem como  
 oportunidades. É esse o país que, cada vez mais, vem sendo  
 acusado de destruir sua indústria, teoricamente seduzido pelo  
 10 brilho de suas *commodities*. É nessa hora que os defensores das  
 soluções pretensamente fáceis e rápidas erguem a voz: se  
 nossas empresas não estão preparadas para a competição global  
 13 — devido aos velhos problemas estruturais e de gestão tanto do  
 governo como, por vezes, da própria iniciativa privada —, a  
 solução é culpar os outros e nos protegemos atrás de barreiras  
 16 artificiais. Vamos nos recolher, dizem eles, e aproveitar  
 sossegados o bom momento do mercado brasileiro. Essa é uma  
 história conhecida, e sabemos muito bem quais são suas  
 19 consequências. Talvez a maior, e a mais nefasta delas, seja o  
 autoengano, a sensação de que podemos nos tornar  
 competitivos do dia para a noite, por decreto. E assim,  
 22 novamente, mantemos esquecidas, no fundo das gavetas dos  
 gabinetes, as mudanças essenciais para o presente e o futuro do  
 país.

Cláudia Vassallo. *Carta ao Leitor. In: O Brasil em perigo.*  
 Revista *Exame*, 18/4/2012 (com adaptações).

A partir da organização das ideias no texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 15 O sujeito da forma verbal “vem passando” (l.4) é “o Brasil” (l.1).
- 16 Na linha 5, a ausência de vírgula depois do vocábulo “demográfico” indica que o pronome relativo “que” refere-se ao termo nuclear “abundância” (l.3).
- 17 O emprego dos travessões, nas linhas 13 e 14, é suficiente para marcar a inserção de trecho de caráter explicativo, razão por que a vírgula depois do segundo travessão é de uso opcional e sua omissão não prejudicaria a correção do texto.
- 18 Depreende-se das relações estabelecidas no texto que “os outros” (l.15) são os brasileiros que se deixam seduzir pelo “brilho de suas *commodities*” (l.10).
- 19 Ao empregar a expressão “dizem eles” (l.16), referindo-se aos “defensores das soluções pretensamente fáceis e rápidas” (l.10-11), o autor do texto evidencia que não concorda com a afirmação “Vamos nos recolher (...) e aproveitar sossegados o bom momento do mercado brasileiro” (l.16-17).
- 20 O sinal de dois-pontos introduz, tanto na linha 1 quanto na linha 11, trechos explicativos: no primeiro caso, para o vocábulo “fatos”; no segundo, para a palavra “voz”.

Com relação aos princípios do direito constitucional, julgue os itens a seguir.

- 21 São fundamentos da República Federativa do Brasil a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e a autodeterminação dos povos.
- 22 Por ser um país regido, em suas relações internacionais, pelo princípio da concessão de asilo político, o Brasil é impedido de extraditar estrangeiros.
- 23 Os princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF) designam as características mais essenciais do Estado brasileiro.
- 24 A Federação brasileira — formada, de acordo com o disposto na CF, pela união indissolúvel da União, dos estados-membros, do Distrito Federal e dos municípios — é um federalismo do tipo assimétrico, em razão da falta de homogeneidade entre os entes federativos.
- 25 O princípio da separação dos Poderes adotado no Brasil pode ser caracterizado como rígido, uma vez que todos os Poderes da República exercem apenas funções típicas.

Com relação ao constitucionalismo, julgue o item seguinte.

- 26 De acordo com o constitucionalismo moderno, as constituições escritas são instrumentos de contenção do arbítrio decorrente do exercício do poder estatal.

Com base na legislação atinente à investidura e ao exercício da função pública e aos direitos e deveres dos funcionários públicos, julgue os itens que se seguem.

- 27 Considere que um servidor público estável ocupante do cargo de técnico de determinado ministério seja aprovado em concurso público para o cargo de analista desse mesmo ministério. Considere, ainda, que esse servidor seja reprovado no estágio probatório relativo a esse novo cargo. Nessa situação hipotética, o servidor deverá ser reintegrado no cargo por ele ocupado anteriormente.
- 28 Dado o princípio da legítima confiança, é incabível a restituição ao erário dos valores recebidos de boa-fé por servidor público em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da administração pública.
- 29 Considere a seguinte situação hipotética.  
 Uma servidora pública em estágio probatório solicitou remoção para acompanhar seu cônjuge, também servidor público, removido, em decorrência de aprovação em concurso de remoção, para unidade de lotação em outro estado da Federação.  
 Nessa situação hipotética, a servidora não preenche os requisitos legais necessários à obtenção da remoção, visto que ainda cumpre estágio probatório, circunstância essa que condiciona sua remoção ao interesse da administração pública.

Acerca da classificação dos atos administrativos, julgue o item abaixo.

- 30 Os atos administrativos classificam-se, quanto à formação da vontade administrativa, em atos simples, compostos e complexos, constituindo a aposentadoria de servidor público exemplo de ato administrativo complexo.

Julgue os próximos itens, relativos a meio ambiente.

- 31 O Ministério Público Federal deve manifestar-se em causa em que se discuta a nulidade de auto de infração ambiental, visto que, em regra, o interesse envolvido nesse tipo de pleito transcende o interesse meramente patrimonial, abarcando discussões relativas ao meio ambiente em si.
- 32 De acordo com a doutrina majoritária, o conceito de meio ambiente tende a ser globalizante, abrangendo não apenas o meio ambiente natural, mas também o cultural, o artificial e o meio ambiente do trabalho.

Com base na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) n.º 237/1997, que dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental, julgue os itens subsecutivos.

- 33 É atribuição do CONAMA definir, quando necessário, licenças ambientais específicas, observadas a natureza, as características e as peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação da atividade ou empreendimento.
- 34 Para a realização de projeto de termelétrica, é indispensável autorização prévia — licença de operação expedida por órgão responsável pelo licenciamento ambiental —, que se efetiva somente depois de superadas as fases das licenças prévias e de instalação.

Julgue os itens subsequentes, relativos aos princípios gerais da atividade econômica.

- 35 Entre os instrumentos de implementação do princípio da redução das desigualdades regionais e sociais, incluem-se a criação de regiões administrativas e a lei que institui o plano plurianual.
- 36 A soberania, fundamento da República Federativa do Brasil, prevista, ainda, como princípio da ordem econômica, visa não só garantir a independência nacional, mas também proteger a economia brasileira da influência de outros países, em especial da entrada de capital estrangeiro.
- 37 A livre-concorrência, princípio da ordem econômica, constitui desdobramento da livre-iniciativa, devendo orientar-se pelos princípios da dignidade e da justiça social.
- 38 O Estado pode interferir na ordem econômica de modo direto e indireto; uma forma de atuação indireta do Estado na economia consiste na atividade econômica de empresas estatais sob o regime de monopólio.

Julgue os itens seguintes, relativos às funções e ao papel do Estado.

- 39 Em regra, é muito elevado o *payback* dos projetos de infraestrutura executados pelo Estado, na qualidade de promotor do desenvolvimento econômico.
- 40 Em uma economia, a redistribuição direta da renda pode ser promovida por meio da tributação de bens e serviços.
- 41 A implementação de política fiscal de aumento de impostos é exemplo de ação estabilizadora do Estado para combater a recessão econômica.
- 42 O Estado, de acordo com a teoria histórica do Estado, é um fenômeno decorrente da luta pela apropriação do excedente.
- 43 Conforme a teoria normativa do Estado, a constituição do Estado decorre de um contrato voluntário entre os indivíduos e o monarca, que, em troca do exercício do poder, lhes provê segurança.

Tendo em vista que a presença de bens públicos, externalidades, informações assimétricas e mercados imperfeitos justificam a intervenção do Estado na economia, julgue os itens que se seguem.

- 44 O subsídio *pigouviano* é um eficiente instrumento de internalização de externalidades negativas.
- 45 De acordo com o teorema de Coase, propriedade privada bem definida e custo zero de transação levam a soluções privadas eficientes para a internalização de externalidades.
- 46 Um bem público puro não possui rivalidade no seu consumo, e seu custo marginal é zero.
- 47 Externalidades negativas fazem que os custos marginais sociais sejam inferiores aos custos marginais privados.

Considerando a crise econômica global iniciada em 2008, julgue os itens consecutivos.

- 48 Entre as medidas de comércio internacional adotadas por alguns países para proteger o setor produtivo interno e manter empregos e renda da economia destacam-se a elevação de tarifas de importação e a imposição de restrições ao comércio internacional.
- 49 O fato de o Brasil ter alcançado maior estabilidade econômica que as economias norte-americana e europeia nos anos de crise resultou na valorização cambial do real frente às demais moedas.
- 50 Em geral, diversos países adotaram como política monetária e financeira o aumento da provisão de liquidez em moeda nacional, e, como política fiscal, a implementação de reduções tributárias, a elevação de subsídios setoriais ou a expansão dos gastos governamentais.

Considerando os planos de desenvolvimento recentemente formulados pelo governo brasileiro, julgue os itens subsequentes.

- 51 A transferência de renda constitui meta do programa Bolsa Família, enquanto a promoção do acesso a serviços públicos integra o Plano Brasil sem Miséria.
- 52 O Plano Brasil Maior não contempla o apoio às micro e pequenas empresas, entidades já beneficiadas por outro plano do governo.
- 53 Entre as medidas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) inclui-se a recriação da SUDENE, da SUDECO e da SUDAM.

O Brasil apresenta péssima distribuição de renda, apesar de estar entre os dez países mais ricos do mundo. Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

- 54 O programa Bolsa Família é o principal responsável pela redução da desigualdade de rendimentos no Brasil.
- 55 O federalismo fiscal auxilia no combate a desigualdades regionais de renda, enquanto a competição tributária horizontal, em regra, resulta na provisão de bens públicos abaixo do nível ótimo.
- 56 O sistema tributário brasileiro, por ser progressivo, contribui para mitigar a má distribuição da renda.

No que concerne a desenvolvimento nacional, especialmente com ralação à infraestrutura e a fatores críticos para o crescimento sustentável do país a taxas mais elevadas, julgue os próximos itens.

- 57 Independentemente de sua implementação e dos resultados obtidos ou a alcançar, pode-se definir o PAC como iniciativa do poder público para incrementar investimentos na área da infraestrutura. Ao elencar obras, metas, valores e cronogramas, o PAC pretende associar planejamento, execução e controle.
- 58 Entre os mais conhecidos obstáculos ao desenvolvimento do Brasil, incluem-se o estado precário de rodovias, a incapacidade dos portos em dar vazão à demanda, a fragilidade da malha ferroviária e os problemas comuns em aeroportos.
- 59 O sistema educacional, malgrado suas conhecidas deficiências, deixou de ser obstáculo ao desenvolvimento do país na medida em que vem conseguindo formar mão de obra qualificada em áreas estratégicas, particularmente engenheiros, tecnólogos e técnicos de nível médio.
- 60 O modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil desde a Era Vargas e os anos JK, consolidado pelo regime militar e praticamente inalterado desde então, determina que as ações voltadas para a ampliação da infraestrutura sejam assumidas pelo poder público, ficando inviabilizada a participação da iniciativa privada no setor.

Sabe-se que, atualmente, mais da metade da população mundial vive nas cidades, o que é fator decisivo para a ampliação dos desafios sociais e ambientais, como a pobreza, a fome e as mudanças climáticas. No Brasil, o processo de urbanização da sociedade, impulsionado pela Segunda Guerra e pela industrialização que avança celeremente desde a Era Vargas, fez-se de forma rápida e não planejada. A despeito dos enormes problemas daí decorrentes, o certo é que o país chegou ao século XXI profundamente alterado, sobretudo quando confrontado com a realidade histórica que o caracterizou desde o período colonial. A respeito dessa situação, julgue os itens que se seguem.

- 61 Uma das razões para que a industrialização brasileira acontecesse tardiamente encontra-se na modesta taxa de crescimento da população até os anos 90 do século passado, fato que se reverteu apenas nas duas últimas décadas.
- 62 A urbanização do Brasil liga-se, em larga medida, ao forte movimento migratório que, especialmente a partir dos anos 50 do século passado, transferiu para as cidades milhões de pessoas que se viram impelidas a abandonar o campo.
- 63 Passa de três dezenas o número de regiões metropolitanas brasileiras, nas quais se concentram mais de um terço dos domicílios urbanos e cerca de 30% da população. Estudos mostram que nas grandes cidades o número de habitantes tende a reduzir-se ou estagnar, ao tempo em que o inchaço populacional se transfere para as cidades conurbadas ao redor.
- 64 Atualmente, está em marcha um processo de desconcentração econômica que se dissemina pelo país afora, o que acarreta mudanças significativas na participação das diversas regiões na composição do produto interno bruto brasileiro e no próprio fluxo migratório.
- 65 Com mais de 80% de sua população vivendo em cidades, o Brasil contemporâneo demanda políticas públicas para enfrentar problemas que cada vez mais se identificam com a realidade urbana, a exemplo da deficiência em habitação, saneamento, saúde e educação.

A Constituição Federal de 1988 (CF) foi elaborada em um contexto histórico marcado, de um lado, pela ânsia de consagrar o moderno conceito de democracia, menos formal e mais identificado com as práticas de cidadania; de outro, pela acelerada urbanização, que leva à mobilização de crescente número de setores da sociedade em busca de soluções para os problemas que a nova realidade urbana fez emergir. Não por acaso, a CF dedica um capítulo às políticas urbanas. Da criação de secretaria, em 1995, passando pelo Estatuto das Cidades, em 2001, e chegando ao Ministério das Cidades, em 2003, um importante caminho foi percorrido, culminando com a aprovação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Considerando o texto acima, relativamente à caracterização da sociedade brasileira contemporânea e a aspectos ligados ao planejamento e à gestão de serviços públicos no Brasil, julgue os itens seguintes.

- 66 O aumento da violência urbana, cuja dimensão ampliou-se consideravelmente a partir dos anos 80 do século passado, pode ser atribuído a fatores diversos, entre os quais a falta de infraestrutura na periferia dos grandes centros, e se expressa no aumento vigoroso do número de mortes decorrentes de homicídio e acidentes, a começar pelos de trânsito.
- 67 Aspecto marcante e definidor da história do país, a desigualdade social tornou-se componente essencial da urbanização brasileira, tendo estabelecido uma relação direta entre a renda e o acesso a serviços básicos como saneamento e transporte, ou seja, quanto menor aquela, menor este.
- 68 Programas de transferência de renda, que se intensificaram a partir da estabilização da economia, têm contribuído para a redução das desigualdades sociais. Na mesma direção, implementam-se políticas de combate às diversas formas de exclusão, como a adoção de cotas para o ingresso na educação superior pública, cuja constitucionalidade foi reconhecida pelo STF.
- 69 O surgimento de um ministério específico para tratar de questões urbanas vincula-se diretamente ao processo de reforma do Estado posto em prática na última década do século passado, quando empresas públicas foram privatizadas e algumas reformas estruturais — como a da previdência social — se completaram.
- 70 No campo social, uma das maiores conquistas incorporadas ao texto da CF foi a determinação de acesso integral, igualitário e gratuito aos serviços médico-hospitalares, concebido como direito dos cidadãos e dever do Estado, materializado na criação do Sistema Único de Saúde.